

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A GESTÃO DE 2022

O Sr. Prefeito Municipal, conforme Resolução nº 1.134/2020, art. 2º, inciso IV, alínea a, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, apresenta o relatório circunstanciado sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo também, informações físico financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção de Desenvolvimento do Ensino- MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS. Destaca-se que foram mantidos os investimentos nas áreas básicas como saúde e educação, superando os percentuais constitucionais, de 15% e 25% respectivamente.

Temos a satisfação de apresentar o Balanço Geral da Administração Direta da Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes/RS, relativo ao exercício de 2022, acompanhado a seguinte exposição que visa demonstrar a situação Econômica – Financeira do Município, na forma estabelecida pelo TCE/RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto à despesa, a Administração Municipal, buscou medidas de redução e controle dos gastos públicos. Essa iniciativa vislumbrou garantir o quanto possível um equilíbrio fiscal para dar continuidade à busca de recursos externos e assim aumentar a capacidade de investimento no Município, possibilitando superar as metas previstas no PPA 2022 A 2025, LDO/2022 E A LOA/2022.

Os órgãos responsáveis pelos Programas de cada Secretaria prestaram informações sobre as metas, indicadores, resultados intermediários e os

Investimentos Plurianuais Prioritários associados aos seus respectivos programas, de forma a explicitar a evolução física de sua implementação, as principais entregas e resultados alcançados, os mecanismos e meios utilizados para sua execução, principais obstáculos enfrentados etc.

Para fins de monitoramento, nos programas de execução multissetorial, o órgão de maior representatividade, em relação as metas, coletou junto aos demais órgãos informações relativas aos Objetivos e Metas.

Objetivos gerais do relatório:

a) Comparar os programas finalísticos planejados a longo prazo indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual (considerando os resultados obtidos ao longo do processo de acompanhamento);

b) Balanço Geral da Administração

c) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;

d) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

e) Apresentar informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS.

1- Análise do atingimento, ou não, das metas estabelecidas no PPA, LDO e LOA:

A Análise apresentada, ao se qual destaca as ações que impactam diretamente na coletividade, pelas evidências encontradas, ao cumprimento de metas e programas, ocorre o planejamento das ações, assim, evitando

sucessivas alterações no orçamento. Com a utilização dos recursos de forma eficiente e conciliar as metas orçamentárias e metas físicas conforme previsão no PPA.

2- ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária para o exercício de 2022 Lei nº 1596 de 16/12/2021, orça a receita e a Despesa R\$ 31.791.310,30 (Trinta e um milhões setecentos e noventa e um mil e trezentos e dez reais e trinta centavos)

3-ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi R\$ 50.070.450,66 (Cinquenta milhões e setenta mil e quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos) conforme demonstrativo a seguir:

TÍTULOS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	R\$ 30.144.703,16	R\$ 45.951.876,92	R\$ 15.807.173,76
Receita Tributária	R\$ 2.157.979,37	R\$ 3.175.531,24	R\$ 1.017.551,87
Receita de Contribuição	R\$ 1.624.640,90	R\$ 1.708.547,56	R\$ 83.906,66
Receita Patrimonial	R\$ 1.303.500,00	R\$ 4.241.714,48	R\$ 2.938.214,48
Receita de Serviços	R\$ 159.500,00	R\$ 88.867,78	R\$ -70.632,22
Transferências Correntes	R\$ 24.760.594,72	R\$ 36.539.192,98	R\$ 11.778.598,26
Outras Transferências Correntes	R\$ 138.488,17	R\$ 198.022,88	R\$ 59.534,71
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.646.607,14	R\$ 4.118,573,74	R\$ 2.471.966,60
Operações de Crédito	R\$ 360.000,00	R\$ 2.501.443,67	R\$ 2.141.443,67
Alienação de Bens	R\$ 825.000,00	R\$ 1.177.659,95	R\$ 352.659,95
Transferências de Capital	R\$ 461.607,14	R\$ 439.470,12	R\$ -22.137,02
TOTAL DE RECEITAS	R\$ 31.791.310,30	R\$ 50.070.450,66	R\$ 18.279.140,36

As transferências da União e do Estado representaram um valor de R\$ 36.737.215,86 (Trinta e seis milhões e setecentos e trinta e sete mil e duzentos e quinze reais e oitenta e seis centavos) corresponde a 73,37% da Arrecadação Total.

O comportamento da Receita Realizada, conforme demonstrativo a seguir:

RECEITAS REALIZADAS

ANO	PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
2010	R\$ 3.001.948,73	R\$ 8.934.450,94	R\$ 11.936.399,67
2011	R\$ 2.899.109,42	R\$ 10.025.467,64	R\$ 12.924.577,06
2012	R\$ 3.749.083,39	R\$ 11.566.131,54	R\$ 15.315.214,93
2013	R\$ 1.974.456,86	R\$ 11.872.918,61	R\$ 13.847.375,47
2014	R\$ 3.837.143,93	R\$ 12.964.994,38	R\$ 16.802.138,31
2015	R\$ 4.192.163,67	R\$ 12.776.290,26	R\$ 16.968.453,93
2016	R\$ 6.156.927,10	R\$ 15.078.460,35	R\$ 21.235.387,45
2017	R\$ 6.404.624,17	R\$ 15.200.021,23	R\$ 21.604.645,40
2018	R\$ 6.595.552,80	R\$ 17.127.794,13	R\$ 23.723.346,93
2019	R\$ 5.623.937,59	R\$ 19.142.580,71	R\$ 24.766.518,30
2020	R\$ 6.185.595,46	R\$ 20.021.713,08	R\$ 26.207.308,54
2021	R\$ 5.585.308,09	R\$ 25.104.200,40	R\$ 30.789.508,49
2022	R\$ 13.333.234,80	R\$ 36.737.215,86	R\$ 50.070.450,66

4- ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa Realizada somou valor de R\$ 36.330.345,48 (Trinta e seis milhões trezentos e trinta mil e trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) valor este distribuído da seguinte forma:

TÍTULOS	REALIZADA	
DESPESA CORRENTES	R\$	27.168.911,25
Pessoal e Encargos. Sociais	R\$	13.978.771,14
Outras Despesas Correntes	R\$	13.190.140,11
DESPESA DE CAPITAL	R\$	9.161.434,23
Investimentos	R\$	8.160.678,76
Amortização Da Dívida	R\$	1.000.755,47
TOTAL	R\$	36.330.345,48

A maior concentração de dispêndio deu-se em outras Despesas Correntes no valor de R\$ 13.190.140,11 (Treze milhões centos e noventa mil e cento e quarenta reais e onze centavos), que representou 36,30% do total da Despesa.

DESPESAS REALIZADAS

ANO	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
2010	R\$ 8.711.692,08	R\$ 900.000,00	R\$ 9.611.692,08
2011	R\$ 9.417.846,80	R\$ 1.975.207,46	R\$ 11.393.054,26
2012	R\$ 10.996.809,53	R\$ 3.518.562,69	R\$ 14.515.471,22
2013	R\$ 11.162.163,75	R\$ 1.518.742,03	R\$ 12.680.905,78
2014	R\$ 12.933.705,23	R\$ 1.125.197,64	R\$ 14.058.902,87
2015	R\$ 13.128.468,77	R\$ 904.062,21	R\$ 14.032.530,98
2016	R\$ 15.377.018,99	R\$ 1.214.729,51	R\$ 16.591.748,50
2017	R\$ 15.730.305,28	R\$ 2.070.848,22	R\$ 17.801.153,50
2018	R\$ 16.122.506,72	R\$ 2.246.296,30	R\$ 18.368.803,02
2019	R\$ 18.817.967,36	R\$ 3.587.353,48	R\$ 22.405.320,84
2020	R\$ 18.736.193,33	R\$ 4.144.964,62	R\$ 22.881.157,95
2021	R\$ 21.288.708,98	R\$ 4.730.454,96	R\$ 26.019.163,94
2022	R\$ 27.168.911,25	R\$ 9.161.434,23	R\$ 36.330.345,48

CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

A Execução Orçamentária obteve os seguintes valores:

DESPESAS REALIZADAS

Despesas Autorizadas	R\$	41.920.286,95
Despesas Realizadas	R\$	39.242.350,68
Superávit Orçamentário	R\$	2.677.936,27

RECEITA ORÇADA

Receita Prevista	R\$	31.791.310,30
Receita Realizada	R\$	50.070.450,66
Superávit Orçamentário	R\$	18.279.140,36

RESUMO

Receita Realizada	R\$	50.070.450,66
Despesa Realizada	R\$	39.242.350,68
Superávit Financeiro	R\$	10.828.099,98

5 – GESTÃO FINANCEIRA ECONÔMICA

O Balanço Financeiro constitui-se em peça fundamental para demonstração da gestão financeira, desenvolvida dentro do exercício, onde se realiza operações da receita e despesa, com saldo em espécie no início e no final do exercício.

As operações financeiras se processaram, conforme demonstração a seguir:

<i>Receita Orçamentária</i>	R\$	50.070.450,66
Ordinária	R\$	27.465.941,62
Vinculada	R\$	22.604.509,04
<i>Transferências Financeiras Recebidas</i>	R\$	859.280,00
<i>Extra orçamentária</i>	R\$	31.826.418,02
<i>Saldo em Espécie do Exercício Anterior</i>	R\$	6.847.762,52
TOTAL	R\$	89.603.911,20

DESPESAS REALIZADAS

<i>Despesas orçamentarias</i>	R\$	40.133.829,17
Ordinária	R\$	20.144.304,61
Vinculadas	R\$	19.989.524,56
<i>Transferências Financeiras Concedidas</i>	R\$	857.558,77
<i>Extra orçamentários</i>	R\$	7.091.256,78
<i>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte</i>	R\$	41.521.266,48
TOTAL	R\$	89.603.911,20

6- GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativa o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos Obrigações no presente exercício, considerando a origem e aplicação dos recursos à disposição da Fazenda Pública.

A Situação Patrimonial do Município, segundo o Balanço, consolidado deste exercício, é a seguinte:

ATIVO CIRCULANTE

<i>Ativo Circulante</i>	R\$	45.454.253,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$	12.980.277,12
Créditos a Curto Prazo	R\$	424.868,28
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$	3.172.663,75
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$	28.492.027,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	R\$	383.102,61
Estoques	R\$	1.313,75

<i>Ativo não circulante</i>	R\$	33.909.482,61
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$	1.107.080,66
<i>Imobilizado</i>	R\$	32.802.401,95
TOTAL	R\$	79.363.735,77

PASSIVO CIRCULANTE

<i>Passivo Circulante</i>	R\$	4.424.105,19
Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	R\$	146.552,51
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$	-16,47
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$	1.190.407,04
Obrigações fiscais a curto prazo	R\$	228.288,21
Provisões a Curto Prazo	R\$	2.515.691,29
Demais Obrigações as Curto Prazo	R\$	343.182,61
<i>Passivo não circulante</i>	R\$	40.606.189,95
Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	R\$	1.309.965,97
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$	5.466.590,39
Provisões a Longo Prazo	R\$	33.829.633,59
TOTAL	R\$	45.030.295,14

PATRIMÔNIO LIQUIDO

Patrimônio Social e Capital Social	R\$	13.587.701,25
Resultados Acumulados	R\$	20.745.739,38
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	R\$	34.333.440,63

TOTAL DO PASSIVO

TOTAL	R\$	79.363.735,77
-------	-----	---------------

7- DÍVIDA PÚBLICA

Divida flutuante

A Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes no final do exercício representa um montante de R\$ 4.424.105,19 (Quatro milhões quatrocentos e vinte e quatro mil e centos e cinco reais e dezenove centavos), foi distribuída da seguinte forma:

Passivo Circulante	R\$	4.424.105,19
Obrigações Trabalhistas, Previdências e Assistências a Pagar	R\$	146.552,51
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$	-16,47
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$	1.190.407,04
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$	228.288,21
Provisões a Curto Prazo	R\$	2.515.691,29
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$	343.182,61

As alterações realizadas no Patrimônio Municipal estão demonstradas e analisadas a seguir:

VALOR DE ORIGEM ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$	62.463.974,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$	3.260.831,59
Contribuições	R\$	1.708.547,56
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$	70.785,98
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$	3.869.689,99
Transferências e Delegações. Recebidas	R\$	40.720.900,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$	1.402.436,63
Valorização e Ganhos com Ativo e Desincorporação de Passivos	R\$	11.430.782,30

Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$	49.872.176,22
Pessoal e Encargos	R\$	11.989.030,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$	1.906.826,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$	102.571,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$	11.839.705,16
Transferências e Delegações concedidas	R\$	9.817.270,44
Desvalorização e Perda de Ativos Incorporação de Passivos	R\$	13.772.969,11
Tributárias	R\$	412.764,63
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$	31.038,97
Resultado Patrimonial do Período	R\$	12.591.798,12

8-Análise das informações físico-financeiras dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

Nessa segunda etapa apresentamos informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. Foram aplicados em educação 29,58%, superando o mínimo previsto no art. 212, da Constituição Federal.

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Educação não foram computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

- a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à MDE e FUNDEB;
- b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à MDE e FUNDEB;
- c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Educação; e
- d) Transferências recebidas diretamente do FUNDEB em valor excedente ao da contribuição do ente para a formação do referido Fundo.

Na apuração da base da receita para fins do cálculo da aplicação em Educação pelo Município, também não foram computadas as receitas de transferências constitucionais do Estado e da União, resultantes da antecipação de impostos por estes arrecadados, as quais serão adicionadas no exercício subsequente.

Para apuração dos percentuais da despesa constitucional com educação (MDE + FUNDEB) por recurso vinculado, foi considerando o total das despesas empenhadas e os restos a pagar não processados inscritos com suficiência financeira, na função Educação e os códigos de Recursos Vinculados 0020 - MDE e 0031 – FUNDEB, de acordo com a Instrução Normativa TCE RS nº07/2021

GESTÃO DOS RECURSOS VINCULOS A MANUTENÇÃO DE ENSINO

Especificação	Valor
Total das Receitas Vinculadas	R\$ 27.019.531,01
Valor mínimo a ser aplicado MDE (25%)	R\$ 6.754.882,75
Gastos Constitucionais com Educação (MDE+FUNDEB)	R\$ 7.991.984,46
(=) Valor Total Aplicado	29,58%

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Educação não serão computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

- a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à MDE e FUNDEB;
- b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à MDE e FUNDEB;

- c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Educação; e,

9-Análise das informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no FUNDEB

Em relação as informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, têm por objetivo demonstrar e avaliar as informações previstas em PPA, LDO E LOA na aplicação dos recursos do FUNDEB, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

De acordo com o art. 25, §3º da Lei Federal nº 14.113/2020, os recursos do fundo devem ser totalmente utilizados durante o exercício em que forem creditados. Admite-se, ainda, que eventual saldo não comprometido de até 10% dos valores recebido possa ser utilizado no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Demonstrativo para a apuração da Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB - Remuneração dos Professores:

Financeiro de 2022 despendeu o valor de R\$ 3.633.684,00 (Três milhões seiscientos e trinta e três mil e seiscientos e oitenta e quatro reais, aso Pagamento da remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, representando 72,40% dos recursos do FUNDEB. E também aplicação de percentuais não superior a 30% e 10% que registra os totais das Despesas Empenhadas com recursos destinados ao pagamento de outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

10-Análise das informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em ASPS

Por último, o relatório apresenta informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS tendo, também, por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde, bem como, apresentar informações relevantes a sociedade.

O Município aplicou 17,19% em Ações e Serviços Públicos de Saúde atendendo, assim, aos percentuais mínimos constitucionais de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS.

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde, não foram computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de:

- a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à ASPS;
- b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à ASPS;
- c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Saúde.

Além disso, não foram computadas as receitas de transferências constitucionais do Estado e da União, resultantes da antecipação de impostos por estes arrecadados, as quais serão adicionadas no exercício subsequente.

As ações em saúde estão disponíveis, de forma gratuita, a toda a população, financiadas com recursos movimentados por meio do respectivo fundo de saúde, incluídas no plano Municipal de saúde e executadas na função saúde, aprovadas pelo Conselho de Saúde e de responsabilidade da Secretaria de saúde.

A programação e a execução das ações voltadas a saúde da população estão organizadas no Plano Anual de Saúde, aprovado e gerenciado por intermédio do Conselho de Saúde, de forma a atender satisfatoriamente a

População. Eventuais alterações no decorrer do exercício são analisadas e aprovadas pelo respectivo Conselho e as informações contidas nesse relatório foram subsidiadas através dos métodos de controle desenvolvidos na Secretaria de Saúde.

GESTÃO DOS RECURSOS VINCULOS AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Especificação		Valor
Total das Receitas Vinculadas	R\$	25.831.655,35
Valor mínimo a ser aplicado ASPS (15%)	R\$	6.457.913,83
Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	R\$	4.439.192,00
(=)Valor Total Aplicado		17,19%

Na verificação do atendimento dos limites constitucionais de aplicação em Saúde, não serão computadas as despesas custeadas com receitas provenientes de¹:

- a) Rendimentos financeiros de recursos vinculados à ASPS;
- b) Alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público e que tenham sido adquiridos com recursos vinculados à ASPS;
- c) Transferências voluntárias, através de ajustes, contratos ou convênios firmados com a União e/ou Estado, com a finalidade específica de aplicação em Saúde.

CONCLUSÃO

Foram realizados neste relatório os principais fatos da Gestão Econômico – Financeiros do Exercício de 2022. O relatório apresentou desempenho dos indicadores e metas presentes no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e ações planejadas pelos órgãos da Administração. Nele também Constam Informações físico-financeiras sobre os Recursos Aplicados na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) e em ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

O presente documento mostra o esforço do Administrador em desenvolver ações que visam atingir as metas projetadas durante a sua gestão, e atingimento as expectativas em relação aos gastos e os Limites Constitucionais.

O Executivo está à disposição para qualquer esclarecimento que por ventura se fizer necessário.

São José dos Ausentes, 28 de março de 2023.

ERNESTO VALIM Assinado de forma digital
por ERNESTO VALIM
BOEIRA:00815923023
Dados: 2023.03.29 10:15:03
-03'00'

3023

Ernesto Valim Boeira

Prefeito Municipal